

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 821.986 - SP (2015/0291909-9)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ANA ANTONIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : KLEBER ALLAN FERNANDEZ DE SOUZA ROSA - SP248879
MARCIA AZEVEDO PRADO DE SOUZA E OUTRO(S) -
SP338697
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ANA ANTONIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 372):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL (ART. 557, §1º, DO CPC). PODERES DO RELATOR. ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER NÃO CARACTERIZADOS.

1 - É dado ao relator, na busca pelo processo célere e racional, decidir monocraticamente o recurso interposto, quer negando-lhe seguimento, desde que em descompasso com "súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior quer lhe dando provimento, na hipótese de decisão contrária "à súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior" (art. 557, caput e §1º-A, do CPC).

2 - O denominado agravo legal (art. 557, §1º, do CPC) tem o propósito de submeter ao órgão colegiado o controle da extensão dos poderes do relator e, bem assim, a legalidade da decisão monocrática proferida, não se prestando, afora essas circunstâncias, à rediscussão, em si, de matéria já decidida.

3 - Decisão que não padece de qualquer ilegalidade ou abuso de poder, estando seus fundamentos em consonância com a jurisprudência pertinente à matéria devolvida a este E. Tribunal.

4 - Agravo improvido.

Não houve a oposição de embargos de declaração.

No especial obstaculizado, a recorrente alegou violação do art. 58 da Lei n. 8.213/91, sustentando que foi comprovado que a autora exerceu as atividades em condições especiais. Ademais, alegou que o nível de tolerância do ruído deve ser acima de 80 decibéis até 05/03/1997 e, a partir dessa data, deve ser acima de 85 decibéis.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, a agravante sustenta que a solução não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a aplicação da norma de regência.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo. Entretanto, o recurso especial não merece ser conhecido.

Inicialmente, quanto à comprovação do exercício das atividades laborais em condições especial, assim se pronunciou o Tribunal de origem (e-STJ fls. 343/344):

- 17.07.1978 a 22.11.1980 - CTPS de fl. 43 - auxiliar de sapateira: inviabilidade de enquadramento com base na categoria profissional por ausência de previsão do cargo desempenhado nos decretos vigentes na época da prestação do serviço, bem como em razão da falta de exibição de formulário emitido pela respectiva empregadora apontando a exposição da autora a algum agente agressivo ou da prova da negativa de sua emissão pela empresa;

- 01.04.1981 a 31.10.1991 - Perfil Profissiográfico Previdenciário de fls. 62/63 - sapateira - sem informação de exposição a agente agressivo: inviabilidade de enquadramento com base na categoria profissional por ausência de previsão do cargo desempenhado no decreto vigente na época da prestação do serviço, bem como em razão da não comprovação da exposição a agente agressivo;

- 01.11.1991 a 22.12.1998 - Perfil Profissiográfico Previdenciário de fls. 62/63 - pespontadeira - exposição ocasional e intermitente a ruído: inviabilidade de enquadramento com base na categoria profissional por ausência de previsão do cargo desempenhado nos decretos vigentes na época da prestação do serviço; bem como em razão da não comprovação da exposição habitual e permanente a ruído acima daquele exigido em lei;

- 24.11.1999 a 14.12.2007 - Perfil Profissiográfico Previdenciário de fls. 191/192 - pespontador - exposição habitual e permanente a **ruído de 79 db**: não reconhecimento pelo fato do ruído se encontrar abaixo daquele exigido pela legislação previdenciária para o período;

- 10.04.2008 a 26.12.2008 - Perfil Profissiográfico Previdenciário de fl. 194 - pespontadeira - exposição habitual e permanente a **ruído de 78 db**: não reconhecimento pelo fato do ruído se encontrar abaixo daquele exigido pela legislação previdenciária à época;

- 27.01.2009 a 01.06.2009 (data final constante do documento) - Perfil Profissiográfico Previdenciário de fl. 193 - pespontadeira - exposição habitual e permanente a **ruído de 78 db**: impossibilidade de enquadramento, uma vez que o nível de ruído estava abaixo daquele exigido pela legislação previdenciária.

De fato, com a superveniência do Decreto nº 4.882, de 18 de novembro de 2003, houve redução do nível de ruído para 85 (oitenta e cinco) decibéis. Portanto, com fundamento nos Decretos nº 53.831/64, nº 2.172/97 e nº 4.882/03, a atividade é considerada insalubre se constatada a sujeição do trabalhador ao nível de pressão sonora da seguinte forma: até 5 de março de 1997, superior a 80 (oitenta) decibéis; entre 06 de março de 1997 e 18 de novembro de 2003, superior a 90 (noventa) decibéis; e, a partir dessa data (edição do Decreto nº 4.882/03, já referido), superior a 85 (oitenta e cinco) decibéis, não havendo que se falar em aplicação retroativa deste último

diploma legal, conforme entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp nº 1.146.243/RS - 6a Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJE 12/03/2012).

Ressalte-se que o laudo pericial de fls. 64/114, realizado por solicitação do Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Calçados de Franca, não será aproveitado em favor da autora em razão da existência nos autos de documentos emitidos pelas próprias empregadoras, os quais são dotados de maior credibilidade por especificarem, detalhadamente e de modo concreto, a atividade desempenhada pelo empregado, o local onde ela é desenvolvida e os agentes nocivos presentes no exercício do trabalho.

Ademais, o próprio laudo pericial conclui que os resultados por ele obtidos são genéricos e nem sempre refletem as condições de trabalho de todas as empresas ao declarar que "os resultados apresentados e avaliados traduzem as condições gerais dos ambientes de trabalho dos empregados nas Indústrias de Calçados de Franca, uma vez que, na grande maioria das empresas são utilizados processos produtivos, humo industriais (colas, vernizes, tintas, thinners, halogênicos, etc), máquinas e equipamentos similares" (g.n.). Ora, no caso dos autos, não há qualquer informação de que as empregadoras da autora possuíam essas mesmas condições de trabalho.

O mesmo se pode dizer dos laudos acostados às fls. 253/313, os quais se referem a empresas nas quais a postulante sequer laborou.

Como se vê, não restaram comprovados os períodos exercidos sob condições especiais, o que torna inviável a concessão da aposentadoria especial, a qual exige o tempo mínimo de 25 anos de trabalho.

Dessa forma, verifica-se, no acórdão recorrido, que o Tribunal de origem decidiu a questão ora ventilada à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Por fim, no que se refere ao nível de tolerância do agente nocivo ruído, a recorrente pleiteia o reconhecimento do nível de ruído acima de 85 decibéis para a exposição ocorrida após 05/03/1997. Entretanto, há nítido desconhecimento entre o que foi decidido e a pretensão recursal deduzida.

Pelo excerto do acórdão acima colacionado, verifica-se que restou comprovada a exposição da segurada em nível de ruído abaixo de 80 decibéis, não havendo que falar, portanto, em reconhecimento de ruído acima de 85 decibéis no caso.

A falta de pertinência entre as razões do recurso especial e a decisão questionada revela-se apta a atrair o óbice contido na Súmula 284 do STF ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. INDEFERIMENTO LIMINAR DA AÇÃO. INCOMPETÊNCIA DO STJ PARA CONHECER ORIGINARIAMENTE DO *WRIT*. VEICULAÇÃO DE RAZÕES DISSOCIADAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DO IMPETRANTE NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o óbice da Súmula 284/STF quando o recurso veicular razões

dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida.

2. No caso, a decisão agravada apenas reconheceu a incompetência do STJ, por não se configurar a hipótese do art. 105, I, b da CF/88, matéria não recorrida.

3. Agravo Regimental do Impetrante não conhecido.

(AgRg no MS 19.557/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 2/2/2017).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

